



EBRAPEM027

Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática

Realização:



Apoio:



O ENSINO DE MATEMÁTICA PARA MENINAS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DE ORIENTAÇÕES PARA ENSINAR MATEMÁTICA QUE CIRCULARAM NO INÍCIO DO SÉCULO XX EM ESCOLAS FEMININAS

Thainá Araujo Bonfim¹

GD n° 05 - História da Matemática e da Educação Matemática

Resumo: Nesta pesquisa, busca-se investigar, historicamente, o ensino de matemática que era recomendado às meninas no início do século XX, por meio dos conhecimentos resultantes das experiências docentes de professoras(es) de matemática, registrados em livros didáticos utilizados em escolas femininas durante o período. Objetiva-se responder a seguinte pergunta orientadora: Que orientações, para professoras, podem ser lidas em livros didáticos e outros documentos escolares sobre a matemática para ensinar meninas em escolas femininas no início do século XX? A pesquisa, de caráter histórico, é fundamentada na perspectiva da História Cultural. Adota-se como procedimento metodológico uma análise comparativa de livros didáticos. Por meio dessa pesquisa, espera-se produzir fatos históricos sobre o ensino de matemática para meninas que permitam entender se essa ciência foi instrumento de diferença de gênero e se as/os professoras/es foram orientadas/os a ensinar segundo essa diferenciação social.

Palavras-chave: Ensino para meninas, escolas femininas, ensino de matemática, orientações pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está inserida em um projeto maior que fez parte da Chamada Fundect 10/2022 - Mulheres na Ciência Sul-Mato-grossense. Essa iniciativa teve como objetivo a seleção e apoio de projetos de pesquisa e inovação coordenados por pesquisadoras vinculadas a instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) e universidades sediadas no estado de Mato Grosso do Sul.

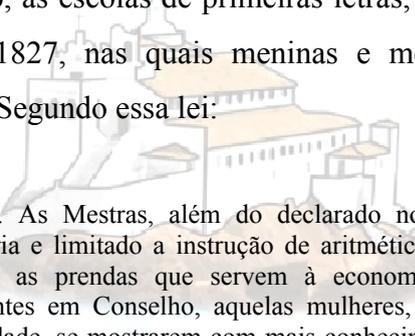
O projeto em questão tem como temática as “Investigações sócio-históricas acerca de saberes de referência para a docência em matemática: saberes sobre a inclusão de gênero, sobre a matemática do ensino e os da formação de professores”, sendo coordenado pela Professora Dra. Késia Caroline Ramires Neves.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS; Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática; thaina.araujo@ufms.br; Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientadora: Profa. Dra. Késia Caroline Ramires Neves

Nesse contexto, esta pesquisa visa desenvolver um estudo histórico focado no ensino de matemática direcionado às meninas, tema que se encaixa no contexto mais amplo da discussão de gênero na matemática que vem adquirindo cada vez mais visibilidade nos últimos anos.

A questão de gênero na Matemática ganhou espaço com a realização de duas primeiras edições de Congressos Internacionais de Mulheres Matemáticas como eventos satélites do ICM em 2010 e 2014, culminando na criação do Committee for Women in Mathematics (CWM) da International Mathematical Union (IMU) em 2015. Em 2016, ocorreram os eventos Women Mathematicians in Latin America (Barranquilla, Colômbia), uma mesa sobre mulheres na Matemática durante o Congresso Latino-americano de Matemáticos, e o Women in Mathematics in Latin America: Barriers, Advancements and New Perspectives (Oaxaca, México). Além disso, no Brasil, foram organizados os eventos Encontro Paulista de Mulheres na Matemática no IMECC-Unicamp, em 2016, e o World Meeting for Women in Mathematics, no Rio de Janeiro, em 2018 (BRECH, 2018). Portanto, a pauta é recente, presente em alguns campos científicos, como o da matemática, instigando-nos a levar o assunto para o campo da história da educação matemática e história social dos saberes profissionais da docência. (NEVES, 2019, p. 11)

Ao examinarmos o período do Império no Brasil, podemos evidenciar a existência de escolas segregadas por gênero, as escolas de primeiras letras, criadas após a sanção da primeira grande lei educacional em 1827, nas quais meninas e meninos estudavam separadamente seguindo currículos distintos. Segundo essa lei:



Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º. (BRASIL, 1827, s/p)

Às Mestras, professoras da época, eram instruídas a ensinar diversas disciplinas, incluindo aquelas relacionadas à economia doméstica. No entanto, em relação à matemática, elas eram limitadas ao ensino das quatro operações básicas: soma, subtração, multiplicação e divisão. O ensino da geometria era excluído, assim como o ensino da prática dos quebrados (frações), dos números decimais e de proporções. Conforme comenta Castanha (2013):

O projeto aprovado inicialmente na Câmara não estabelecia diferença entre o currículo das escolas femininas e masculinas. No Senado o currículo da escola masculina foi acrescido com “prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática”. Alguns senadores defendiam a permanência dos conhecimentos matemáticos nas escolas femininas. Ao argumentar que não haveria professoras habilitadas para ensinar tais conhecimentos, o senador Borges (José Inácio Borges -



Pernambuco) assim se expressou: “A legislação deve marchar a par do estado em que nos encontramos. Legislar agora para ter execução daqui a trinta ou quarenta anos, é escusado”. Cf. Anais do Senado Federal, sessão de 29 de agosto de 1827, vol. 2, p. 264. Como se pode ver, o conteúdo mais específico da matemática foi suprimido das escolas femininas. Já o estudo dos conhecimentos relacionados à economia doméstica eram basicamente os trabalhos com agulhas – costura, bordado, tricô e crochê. (CASTANHA, 2013, p. 73)

Dessa forma, ainda que parecesse haver uma defesa, por parte de alguns legisladores, para que o ensino de meninas e meninos fosse o mesmo, prevalecia a diferença, sendo a matemática uma das ciências a diferenciar a instrução de meninas e meninos. Isso resultava em limitações no ensino de matemática tanto para as alunas quanto para as Mestras (professoras), dada a predominância de escolas femininas. Essa prática refletia a crença de que as mulheres eram destinadas a atividades domésticas, dispensando a necessidade de conhecimentos matemáticos mais avançados.

Ao examinarmos o final do século XIX e início do século XX, podemos encontrar registros em livros didáticos que sugerem a permanência de abordagens distintas no ensino de matemática destinadas a meninas e meninos. Um exemplo ilustrativo é o livro “Arithmetica Elementar Prática” escrito pelas professoras do Collegio São José, de São Leopoldo, Rio Grande do Sul.



Existindo já grande numero de livros arithmeticos, parecerá superflua a edição de um novo. Não obstante deve-se confessar. que os livros existentes não contêm sinão muitas regras e explicações applicadas a poucos exemplos. A theoria será bem depressa esquecida, si não fôr seguida de numerosos e variados exercicios. Para aprender a arte da musica é preciso que o discipulo faça diariamente muitos exercicios: haverá outro meio para aprender praticamente a arithmetica? Dir-se-á talvez que o professor ou a professora poderá sem o auxilio de um livro dar bastantes exercicios a seus discipulos: porém, quanto tempo e quanta atenção precisará. preparando-se para cada lição, ao menos querendo elle conduzir os seus discipulos methodica e progressivamente do facil para o mais difficil? - E quanto tempo gastará na lição com o dictado dos problemas? - Remediar estas inconveniencias foi o fim que tivemos em vista, publicando esta obrinha. Devemos observar ainda, que este livrinho é destinado ao uso de meninas; por isso limitamo-nos ao mais necessario para a vida pratica, deixando ao arbitrio das professoras uma explicação mais ou menos especial das poucas regras, dadas. (PROFESSORAS DO COLLEGIO SÃO JOSÉ, 1900, p. 3)

Em sua apresentação, o livro oferece uma evidência de como o ensino de matemática direcionado às meninas tinha uma abordagem específica. Constatamos que o enfoque se dava em conhecimentos matemáticos que seriam mais relevantes para as situações práticas da vida cotidiana das alunas. Isso sugere que o currículo de matemática para meninas era estruturado de



maneira a atender às atividades que se acreditava serem mais pertinentes às futuras atividades e responsabilidades dessas meninas. Dentro desse contexto, as professoras tinham a liberdade de decidirem se forneceriam explicações mais detalhadas das poucas regras dadas.

Esses registros em livros didáticos e legislativos, permitem-nos reconhecer a existência de uma matemática recomendada a meninas possivelmente diversa daquela direcionada aos meninos, sugerindo a presença de abordagens diferenciadas no ensino de matemática em relação ao gênero no início do século XX.

Sob essa perspectiva, nesta pesquisa, buscamos construir uma análise histórica do ensino de matemática recomendado para meninas no início do século XX, procurando produzir fatos históricos sobre o ensino de matemática para meninas que permitam entender se essa ciência foi instrumento de diferença de gênero e se as/os professoras/es foram orientadas/os a ensinar segundo essa diferenciação social. Para isso, toma como questão norteadora: Que orientações, para professoras, podem ser lidas em livros didáticos e outros documentos escolares e/ou educacionais sobre a matemática para ensinar meninas em escolas femininas no início do século XX?

Ademais, salientamos que não buscamos discutir se havia ou não discriminação contra o gênero feminino. Nossa análise se concentrará na identificação da diferenciação das implementações escolares, nos conteúdos a serem ensinados, em quem os ensinava, nos livros didáticos utilizados e nas rubricas escolares (disciplinas) que eram diferentes na grade curricular para o ensino de meninas e meninos.

Desse modo, partiremos do pressuposto de que as noções de gênero são construções sociais e culturais que variam ao longo do tempo e das diferentes culturas. A abordagem de gênero adotada considerará as relações de poder e as expectativas sociais que moldaram as orientações educacionais para meninas e meninos no período histórico pesquisado.

OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Objetivo geral

Investigar se a matemática foi uma ciência utilizada como instrumento de diferença de gênero e se as/os professoras/es que as ministravam eram orientadas/os a ensinar segundo essa diferenciação social.



Objetivos específicos

- Identificar, historicamente, pontos comuns entre livros didáticos acerca de orientações direcionadas às/os professoras(es) de matemática para ensinar meninas no início do século XX em escolas femininas.
- Identificar os conteúdos matemáticos que eram enfatizados nas orientações docentes recomendados no ensino para meninas, buscando compreender as áreas de conhecimentos consideradas importantes para esse público.
- Comparar as orientações para ensinar matemática encontradas nos diferentes documentos históricos, buscando identificar os padrões e elementos comuns presentes nas abordagens de ensino recomendadas às meninas.

REVISÃO DE LITERATURA

Na revisão de literatura realizada até o momento, identificamos trabalhos que buscam analisar tanto o ensino para meninas quanto às suas experiências a partir do ambiente escolar. Sendo pesquisas de natureza histórica e com temas contemporâneos.

Renata Caterine Gambaro Cleto da Silva, em sua dissertação, de 2020, intitulada *O ensino de matemática para mulheres no Colégio Piracicabano (1881-1908)*, analisou como era conduzido o ensino de matemática para mulheres no Colégio Piracicabano nos anos de 1881 à 1908. Em sua pesquisa, Silva constatou que o colégio promoveu mudanças significativas no ensino das mulheres da cidade de Piracicaba ao introduzir a geometria e a álgebra em seu currículo escolar. Além disso, ressalta que o colégio não foi o primeiro a realizar o feito na cidade de Piracicaba, de modo que sua pesquisa não procura encontrar as origens do ensino das ciências exatas para meninas na cidade, nem identificar em um quadro mais amplo como essas eram ensinadas no período delimitado, mas sim analisar como o ensino de matemática foi abordado na instituição.

Outra dissertação que pode nos mostrar um pouco mais sobre o ensino feminino, é o trabalho de 2019 de Gabriel Battazza Lonza, *A educação das mulheres no Brasil: Nísia Floresta e a experiência do Colégio Augusto (1838-1849)*. Em sua pesquisa, o autor analisa o impacto que os trabalhos de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) promoveu na educação



feminina, por meio do Colégio Augusto no Rio de Janeiro, onde Nísia Floresta introduziu em seu currículo disciplinas que antes eram voltadas somente à educação masculina, aplicando “[...] uma pedagogia inovadora para época, que tinha como meta inaugurar uma nova maneira de educar as mulheres brasileiras” (LONZA, 2019, p. 6).

Elizabeth Maria da Silva, em sua dissertação de mestrado, de 2014, intitulada *Mulheres emancipai-vos!: um estudo sobre o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta*, nos acrescenta uma análise dos pensamentos feministas de Nísia Floresta, os quais tinham em suas palavras “como princípio uma mudança radical (para época) no ensino das meninas” (SILVA, 2014, p. viii), em relação aos papéis de gênero vigentes no período ao qual vivia.

Atualmente, no que diz respeito às concepções acerca das capacidades intelectuais das meninas e meninos, bem como questões referentes à desigualdade de gênero no ensino, a dissertação, de 2019, de Eldlamar Souza Leal Cavalcanti, intitulada *Diferenças de gênero na apreensão do conhecimento escolar*, evidencia que ainda nos dias de hoje há uma concepção de que as meninas têm maiores dificuldades, ou que há uma limitação no que diz respeito às suas habilidades matemáticas.

Em sua pesquisa, Leal, por meio de trabalho de campo em séries iniciais do Ensino Fundamental, confirmou sua hipótese: de que as antigas percepções de que meninos têm mais facilidade ao lidar com o raciocínio lógico-matemático, enquanto as meninas às "atividades ligadas ao mundo dos sentimentos", ainda persistem na modernidade, de modo que foi constatado:

[...] ambivalência nas representações das professoras acerca da relação entre gênero e apreensão do conhecimento escolar. Elas separavam os mundos masculino e feminino quanto à apreensão do conhecimento, ao mesmo tempo em que afirmavam igualdade entre os sexos quanto à capacidade intelectual. (CAVALCANTI, 2019, p. 7)

Ademais, em relação às concepções históricas patriarcais presentes no ensino, a tese de doutorado, de 2020, de Flávia Maria Cavallo Pfeil, intitulada *Abandono escolar compulsório de meninas: Trabalho reprodutivo e trabalho doméstico na Modernidade/Colonialidade*, nos evidencia que o abandono escolar de meninas decorre por questões de papéis de gênero ligadas ao trabalho doméstico e reprodutivo, enquanto dos meninos ocorrem por outros “n” motivos, de modo que as meninas:

[...] se relacionam com divisão sexual do trabalho, que coloca o trabalho reprodutivo e o trabalho doméstico como funções naturais e prioritárias do denominado “sexo



feminino”, posicionando outras atividades em lugar de menor importância. Operando na colonialidade, a educação também pode desempenhar um papel importante neste processo. Ao (re)produzir discursos e práticas que reforçam os papéis sexuais, perpetua a ideia de que a escolarização é secundária para as meninas, contribuindo para o abandono escolar. (PFEIL, 2020, p. 7)

Assim, diante desses indícios na história da educação brasileira de um ensino diferenciado para meninas e meninos, bem como de concepções históricas patriarcais que impactam o ensino, além das percepções sobre as habilidades matemáticas das meninas que perpetuam até os dias de hoje, é essencial buscarmos identificar os saberes comuns ao ensino de matemática para meninas. Temática que assume importância fundamental ao promover reflexões sobre a diferença de gênero tendo em conta o instrumento-ciência matemática, sendo ainda presente essa diferenciação social até os dias de hoje.

Como nossa pesquisa pretende investigar orientações, às professoras, para ensinar matemática às meninas, tendo em vista que essas orientações são oriundas de conhecimentos profissionais de professores autores de livros didáticos e outros documentos escolares da época, temos como premissa de que essas orientações pedagógicas foram parte de um construto profissional do início do século XX, que circulou naquela época, portanto, contribuiu para a epistemologia da docência em matemática.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Existem diferentes modos de se conduzir pesquisa em História da educação matemática, os quais, de acordo com Valente (2013), distinguem-se pelo lugar de fala ocupado pelos pesquisadores, como esses compreendem fazer pesquisa nesse campo de estudo.

Desse modo, salientamos que nesta pesquisa consideramos a História da educação matemática do mesmo modo que o Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática (GHEMAT), como uma temática pertencente ao campo da História, especificamente a História da Educação e, portanto, reportamo-nos a ela. Desse modo, faremos “apropriação e uso do ferramental teórico-metodológico elaborado por historiadores para escrita da história” (VALENTE, 2013, p. 24).

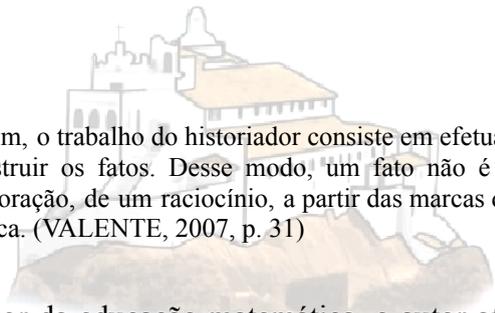
Trabalharemos com a história cultural que, de acordo com Chartier (1988), é um elemento central na análise histórica, que “[...] tem por principal objeto identificar o modo como



em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p. 16-17).

Nesse contexto, para a elaboração da escrita histórica, utilizaremos, também, de reflexões propostas por Certeau (1982) sobre o ofício do historiador. Segundo o autor, a história, no sentido de historiografia, é uma prática discursiva, uma atividade interpretativa, na qual os textos históricos são construídos pelo historiador. Elaborados por meio da análise crítica das fontes, levando em consideração as influências naturais, culturais e do “lugar” que moldam os eventos históricos, além da subjetividade do historiador, que afetará a maneira que escreve e interpreta a história.

Valente (2007) acrescenta que a escrita da história não é uma cópia fiel do passado, a reconhecemos como uma produção do historiador e não como um dado a priori. De acordo com o mesmo, a história é constituída por meio de fatos que são elaborados pelos historiadores por meio dos traços deixados no presente pelo passado, sendo estes, conduzidos a posição de fontes ao serem investigados pelos historiadores a partir de suas perguntas e objetivos, construindo assim os fatos históricos.



Assim, o trabalho do historiador consiste em efetuar um trabalho sobre esses traços para construir os fatos. Desse modo, um fato não é outra coisa que o resultado de uma elaboração, de um raciocínio, a partir das marcas do passado, segundo as regras de uma crítica. (VALENTE, 2007, p. 31)

Quanto ao historiador da educação matemática, o autor afirma que: “(...)tem, como todo historiador, a tarefa de produzir fatos históricos. Sua especificidade é a de elaboração de fatos históricos relativos ao ensino de matemática”. (VALENTE, 2007, p. 39)

Desse modo, pretendemos utilizar das reflexões de Certeau (1982) e Valente (2007, 2013), sobre o ofício do historiador, como forma de nos orientar em relação à elaboração do discurso histórico, uma vez que pretendemos desenvolver uma interpretação histórica do ensino de matemática que era recomendado às professoras para ensinar meninas ou, dito de modo sucinto: uma interpretação histórica sobre o ensino de matemática às meninas.

Pensando nisso, a pesquisa será composta por uma parte técnica, de consulta em bibliotecas e acervos. E outra destinada à análise do material documental coletado, nos quais buscaremos identificar as orientações fornecidas para as/os professoras(es) e a matemática que era recomendada às meninas no início do século XX.



Desta forma, dos livros e documentos que encontrarmos, pretendemos realizar uma análise crítica, segundo o roteiro analítico proposto por Burke (2016) e Valente (2018), com o intuito de “investigar processos de sistematização de informações que levam à constituição dos saberes” (Valente, 2018, p. 380).

Conforme Valente (2019), tomamos como objetivo investigar sobre a perspectiva dos saberes objetivados. Dos saberes a ensinar, referentes às disciplinas comuns do currículo escolar, e dos saberes para ensinar, o ferramental pedagógico utilizado pelos professores para ensinar suas disciplinas específicas, tomando como referencial teórico-metodológico os trabalhos produzidos por Hofstetter e Schneuwly (2017) que abordam os saberes profissionais do professor.

Assim, a análise documental será realizada em duas etapas, sendo elas: recompilação de experiências docentes e análise comparativa dos conhecimentos dos docentes.

A recompilação de experiências docentes será caracterizada pela seleção e separação dos documentos que poderão vir a contribuir com a pesquisa, apresentando como era o ensino de matemática para meninas e as orientações docentes em livros didáticos, revistas pedagógicas, manuais pedagógicos, leis do ensino, documentações pessoais de alunos e professores e outros tipos de documentações que possam evidenciar informações sobre o trabalho pedagógico das/os professoras/es. Segundo Valente (2018, p. 380): “O conjunto obtido de tal procedimento de pesquisa representa uma coleção de conhecimentos dispersos num dado tempo histórico”, os quais constituirão um primeiro inventário de fontes.

Em seguida, realizaremos a análise comparativa dos conhecimentos dos docentes. Nessa etapa, tencionamos analisar criticamente o inventário documental selecionado anteriormente. Fazendo uso do método crítico tal como orienta Bloch (2002), adotaremos uma abordagem crítica, procurando verificar as informações obtidas em múltiplas fontes, visando promover uma nova seleção de informações convergentes relacionadas às orientações para o trabalho docente. “Por este procedimento de pesquisa tem-se a possibilidade de que sejam reveladas tendências de assentamento de propostas e construção de consensos pedagógicos sobre o que deve o professor saber para a realização de seu ofício” (VALENTE, 2018, p. 381).

Por meio desta pesquisa, esperamos que os indícios encontrados permitam apontar uma matemática empregada como um dos instrumentos escolares utilizados para diferenciação entre meninas e meninos. Na qual a simples seleção de alguns assuntos caracterizava quem daria conta



de aprendê-los ou quem teria direito de aprendê-los ou teria necessidade de aprendê-los. Fosse qualquer um desses motivos, o que estava posto às professoras para ensinar matemática às meninas, pode mostrar que traços da cultura escolar dessa época era de uma escola segregadora e que a própria matemática foi um meio dessa segregação.

Se confirmada nossa hipótese, não teremos apenas o resultado de que meninas não podiam aprender todos os assuntos matemáticos. Será para além disso: que os saberes para docência inculcavam a ideia de instrumentalizar as ciências como meios de diferenciação social; que tivemos toda uma geração de professoras/es formados sob essa perspectiva, e que os saberes mobilizados por eles, parte da epistemologia da docência em matemática, não escaparam de elementos segregadores, os quais não podemos perder de vista se ainda estão na formação de professores ou não.

REFERÊNCIAS

BLOCH, M. A crítica. In: BLOCH, March. **Apologia da História**: ou o ofício de historiador. [S. l.]: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002. cap. III, p. 89-109.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827, sancionando Ato do Poder Legislativo**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827 – Primeira parte. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 71-73.

BURKE, P. **O que é história do conhecimento?** Editora UNESP, 2016.

CAVALCANTI, E. L. S. **Diferenças de gênero na apreensão do conhecimento escolar**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação – Universidade Federal da Bahia, [S. l.], 2002.

CASTANHA, A. P. **Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889**. Francisco Beltrão: Unioeste – Campus de Francisco Beltrão; Campinas: Navegando Publicações, 2013.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. [S. l.]: DIFEL, 1988.

DE CERTEAU, M. **A operação historiográfica**. In: Michel de Certeau. A escrita da história. Forense Universitária, 1982. pp. pp. 56-104.



HOFSTETTER, R; VALENTE, W. R.. **Saberes em (trans)formação: Tema Central da Formação de Professores**. 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2017. 230 p.

LONZA, G. B. **A educação das mulheres no Brasil: Nísia Floresta e a experiência do Colégio Augusto (1838-1849)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, [S. l.], 2019.

NEVES, K. C. R. **Investigações sócio-históricas acerca de saberes de referência para a docência em matemática: saberes sobre a inclusão de gênero, sobre a matemática do ensino e os da formação de professores**. Chamada Fundect 10/2022 Mulheres na Ciência Sul-Mato-grossense: [s. n.], 2022.

PFEIL, F. M. C; ZAMORA, M. H. (Orientadora). **Abandono escolar compulsório de meninas: Trabalho reprodutivo e trabalho doméstico na Modernidade/Colonialidade**. Rio de Janeiro, 2020, 189p. Tese de Doutorado- Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

PROFESSORAS DO COLLEGIO SÃO JOSÉ. **Arithmetica Elementar Prática** – Collecção de regras, exercícios e problemas methodicamente compilados, III parte. 3. ed. correcta e augmentada. Porto Alegre: João Mayer Junior, 1900.

SILVA, E. M. **Mulheres emancipai-vos!: um estudo sobre o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, [S. l.], 2014.

SILVA, R. C. G. C. da. **O ensino de matemática para mulheres no Colégio Piracicabano (1881-1908)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, [S. l.], 2020.

VALENTE, W. R. **Processos de Investigação Histórica da Constituição do Saber Profissional do Professor que Ensina Matemática**. Acta Scientiae, v. 20, n. 3, maio/jun. 2018. p.377-385.

VALENTE, W. R. **Oito temas sobre História da educação matemática**. REMATEC, Natal (RN), n. 12, p. 377-385, jan-jun. 2013.

VALENTE, W. R. SABER OBJETIVADO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: REFLEXÕES PEDAGÓGICO-EPITEMOLÓGICAS. **Revista História da Educação (Online)**, [S. l.], v. 23, p. 1-22, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/77747>. Acesso em: 1 jun. 2019.



VALENTE, W. R. História da Educação Matemática: interrogações metodológicas. **REVEMAT - Revista Eletrônica de Educação Matemática**, UFSC, v. 2.2, p. 28-49, 2007.

VALENTE, W. R. **Saber objetivado e formação de professores: reflexões pedagógico-epistemológicas**. *Revista História da Educação (Online)*, v. 23, 2019, pp. 1-22.



XXVII Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática
Tema: Desafios educacionais e impactos Sociais das Pesquisas em Educação Matemática.
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática / Instituto Federal do Espírito Santo - IFES-Vitória-ES
12, 13 e 14 de outubro de 2023 – presencial.